

A INFLUÊNCIA DO CAPITALISMO NA PRÁXIS DO ASSISTENTE SOCIAL

Ana Cristina Martins Machado¹
Clidiane Santiago Fernandes²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo identificar os principais eventos históricos que viabilizaram a abertura do mercado de trabalho no âmbito privado para a atuação do profissional de serviço social, especialmente na área dos recursos humanos. Também pretende reconhecer que as mudanças ocorridas ao longo da formação do mundo do trabalho estão proporcionalmente ligadas ao desenvolvimento das forças produtivas e o surgimento da revolução industrial. Esse processo gerou a necessidade de contratação em massa de mão de obra assalariada e fomentou o aparecimento de novas expressões da "questão social" no seio da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Capitalismo monopolista. Assistente social. Questão social.

1 Introdução

O objetivo deste trabalho é entender de que maneira a prática do exercício profissional do assistente social ajudou a manter o “status quo” da lógica capitalista e quais os fatores que levaram esse profissional a optar eticamente por posicionar-se em favor da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, moldar-se aos padrões estabelecidos pelo quadro funcional empresarial. Pretende apresentar fatos que evidenciem essa dicotomia entre aquele que defende a política de direitos do cidadão e ao mesmo tempo necessita vender a sua força de trabalho como mercadoria, sujeito aos interesses do capital; reconhecer de que maneira a revolução industrial se relaciona com as “expressões da questão social” e refletir até que ponto o fazer profissional pode ser determinado pelas suas condições de trabalho.

A importância desse estudo está em proporcionar uma melhor compreensão dos mecanismos pelos quais o sistema capitalista promove a alienação da classe trabalhadora, através dos donos dos meios de produção representados pela classe patronal, que promove o “engessamento” da prática profissional do assistente social, impedindo-lhe desta forma o pleno exercício profissional.

A metodologia utilizada neste trabalho partiu de referências bibliográficas vindas de artigos científicos, sites de pesquisa e livros referentes ao tema do serviço social.

2 Fundamentação teórica

¹ Estudante do segundo ano de Serviço Social da Uninter e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Formação e Sociabilidade GETFS. E-mail: cricamartins@gmail.com.

² Estudante do segundo ano de Serviço Social da Uninter. E-mail: Clidianesf22@gmail.com.

Segundo Mota (2014, p. 695), o serviço social brasileiro passa por processos de alteração ao longo de sua trajetória, determinada pelo capitalismo e pelas mudanças na formação das relações de classes.

O gérmen do capitalismo se desenvolve a partir do século XIX na Inglaterra, com a revolução industrial que, apesar de promover avanços tecnológicos, também inaugura a era da produção em massa e, por consequência, a miséria econômica e social.

No Brasil, o desenvolvimento do capital se dá de forma peculiar em relação ao resto do mundo. Sua gênese está ligada ao processo de colonização voltada para o mercado europeu, com exploração de mão de obra escrava³, que posteriormente se reverte em elemento de exclusão junto com as mais variadas formas das "expressões da questão social", que Iamamoto define como:

Conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana — o trabalho —, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

É neste cenário que o serviço social ocupa lugar na divisão social e técnica do trabalho, desempenhando a tarefa de estabelecer condições necessárias à reprodução social, em especial a partir do desenvolvimento do capitalismo monopolista. Segundo Netto (2006, p. 25) o estado burguês administra a "questão social através de políticas sociais procurando atender as demandas da ordem monopólica".

Após a superação do capitalismo monopólico pelo industrial, os trabalhadores passam a enfrentar novos desafios na sociedade de classes, entre eles o fenômeno do lumpemproletariado⁴.

³ Em resultados detalhados, o Censo de 1872 aponta o total da população de estrangeiros no Brasil: 382.132. Separa os brancos por origem. São 125.876 portugueses, 40.056 alemães e 8.222 italianos, entre outras nacionalidades. Os negros eram considerados do mesmo grupo: africanos. Segundo o documento eram 176.057 africanos vivendo no país, porém, divididos apenas entre escravos (138.358) e alforriados (37.699). [...] A partir de informações é notável ainda, o início da política de "embranquecimento" do povo, com a chegada dos primeiros grupos de imigrantes europeus. "A solução para o que era visto como um problema (a população negra e indígena) era o projeto de embranquecimento", afirma José Luís Petruccelli, pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Em 350 anos de tráfico negreiro, entraram no país cerca de 4 milhões de africanos. Entre 1870 e 1930 vieram morar aqui praticamente 4 milhões de imigrantes europeus", compara (SOUZA, 2014, n. p.).

⁴ O lumpesinato (ou lumpemproletariado) não é exatamente uma classe. O conceito inicial referia-se a uma fração de classe constituída por trabalhadores muito pobres sem qualquer lugar ou vínculo com a produção ou com o mercado de trabalho formal. Sobrevivem à custa de pequenos expedientes e atividades intermitentes. Por sua própria fragmentação, e uma camada que tende a realizar ações individuais em detrimento de iniciativas coletivas. Raramente atua de forma organizada. [...] Karl Marx e Friedrich Engels o descrevem no *Manifesto Comunista* (1848): "O lumpemproletariado, esse produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas condições de vida o predispõem mais a vender-se à reação" (MARINGONI; ARAÚJO, 2019, n. p.). Caderno Humanidades em Perspectivas, Curitiba, v. 5, n. 11, p. 52-56, 2021 | Edição Especial "II Mostra Científica do Curso de Bacharelado em Serviço Social"

A marca das relações entre capital X trabalho após a década de 1960 no Brasil é a desigualdade regional. “O êxodo rural [nesta fase] [...] cresce tanto em volume quanto em velocidade, importando significativamente na estruturação do mercado de trabalho urbano” (SANTOS, 2012, p. 121).

A condição de miserabilidade — à qual as populações dos grandes centros passam a se submeter em decorrência da falta de oportunidade de emprego, renda e a insatisfação que isso gera — faz com que o Estado se posicione por meio da criação de políticas sociais que movimentam a economia, garantem acesso a direitos e reproduzem a força de trabalho.

Essa postura "intervencionista" por parte do Estado frente à crise social é fruto das mazelas da desigualdade, mas mostra-se inversamente proporcional nos anos de 1980- 1990, com o avanço da ideologia neoliberal no país.

Vemos em Dallago (2007) que o neoliberalismo visava combater a crise fiscal, de maneira que o poder público passou a reduzir gastos com a área social, “chamando a sociedade a dar respostas às situações de pobreza enfrentadas pela população” (DALLAGO, 2007, p. 4). Exemplo disso é a consolidação dos clubes de serviço como o Lions, o Rotary, que visam garantir direitos sociais. É a partir dessas ações e de todo movimento de propagação desse ideário que se entende que o cuidado prestado às populações mais vulneráveis caberia à sociedade civil e não ao Estado.

A prática da transferência de cuidado passa a ser delegada também ao meio empresarial. A hiperinflação e a disparada de preços constantes no período pós 1964 faz com que haja necessidade de se recriar as bases do capital, o que se traduz em corte dos direitos trabalhistas e sindicais.

A presença do assistente social torna-se imperativa nesse momento, pois o aumento da produtividade acaba por absorver maior contingente de pessoas nas empresas, o que leva à necessidade de controle sobre a força de trabalho.

O processo produtivo exige integração e adequação, assim sendo o profissional de serviço social, segundo Amaral e Cesar (2009, p. 418), deve investir em estratégias que antecipem reivindicações trabalhistas, destituindo o trabalhador de sua representação como categoria política.

O papel do profissional de serviço social é o de codificar e transmitir tarefas, atuando de forma educativa, moralizadora e disciplinadora, no sentido de elevar o nível de produtividade.

Levando em conta essas atribuições, percebe-se que o sentido, o resultado e a abrangência do serviço social se modificam, diante da nova possibilidade de "inclusão" que o mercado de trabalho no setor privado proporciona.

3 Considerações finais

De acordo com Granemann (1999, p. 6), "mercadejar com a força de trabalho é ato inaugural da sociedade capitalista". Enquanto perdurar a vigência da lógica do capital haverá valor de uso e de troca da mercadoria produzida pelas mãos do assalariado.

O trabalhador assistente social não foge a essa realidade visto que também necessita sujeitar-se à permuta desigual imposta pelos donos meios de produção.

A competitividade estimulada pelo mercado de trabalho exige constante qualificação e requalificação daqueles que almejam "obter um lugar ao sol". Contudo fica para nossa reflexão a interrogante sobre até que ponto o bom profissional deve aceitar ser determinado por suas condições de trabalho.

Referências

AMARAL, Ângela Santana; CESAR, Monica. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. *In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

DALLAGO, C. S. T. Estado e Políticas Sociais no Brasil: formas históricas de enfrentamento a pobreza. *In: Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 3, 2007, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2007.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. *In: Capacitação em serviço social e política social*. Módulo 1. Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS, 1999. p. 1-21.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no capitalismo. **Temporalis/ABEPSS**, Brasília, ano 2, n. 3, jan./jun. 2001. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.

MARINGONI, Gilberto; ARAUJO, Artur. O lumpesinato no poder. *In: FEPESP*, São Paulo, 11 de abril de 2019. Disponível em: <http://fepesp.org.br/artigo/o-lumpesinato-no-poder/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. "Proletários de todos os países, uni-vos!". [S. l.]: Ridendo Castigat Mores. Disponível em: www.ebooksbrasil.com. Acesso em 13 nov. 2020.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões política da prática do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.
<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/06.pdf>. Acesso em 12 nov. 2020.

NETTO.J.P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, J. S. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, Daiane. População escrava do Brasil é detalhada em Censo de 1872. *In*: **Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais**, Juiz de Fora, 14 dez. 2014.
Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=25817>. Acesso em: 13 nov. 2020.